

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL

Seria pretensão tentar discutir em poucas páginas as idéias de Ignacio Rangel. A oportunidade de publicarmos o texto “Dualidade e ciclo longo”, que ele teve a bondade de trazer à apreciação da 4ª Semana de Geografia da UFSC (23 a 28/5/83), levou o Conselho de Redação da GEOSUL a propor estas notas, visando didatizar suas idéias aos estudiosos de geografia.

Diga-se, inicialmente, que, na década de 50, quando eram muito difundidas as luminosas idéias de Caio Prado Júnior sobre História do Brasil, surgiram novos pensadores inspirados em suas interpretações, entre os quais Ignacio Rangel e Celso Furtado. Na grande obra Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado teve o mérito de enfatizar o surgimento no pós-30 de um centro dinâmico interno (industrial) na economia brasileira, que aliás já estava esboçado antes, pois na década de 20 a economia cafeeira era o principal setor produtivo brasileiro, mas a indústria têxtil já era nitidamente o segundo setor. A propaganda maciça das idéias deste economista e da CEPAL em geral nas décadas de 50 e 60 serviu, entre outras coisas, para ocultar as interpretações altamente originais de Ignacio Rangel, que não se enquadravam nas tradições da CEPAL, mas nas engatinhantes idéias marxistas, que haviam sido reforçadas por Caio Prado Júnior.

A contribuição de Ignacio Rangel à interpretação da história, da política, da economia brasileira é muito vasta e rica. Pretendemos, tão somente, chamar a atenção para algumas de suas idéias fundamentais: 1) dualidade básica da economia brasileira, 2) papel dos ciclos longos ou Kondratieff, 3) papel dos ciclos breves ou Juglar e 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia.

As idéias de Caio Prado Júnior sobre o papel das classes dominantes brasileiras na transição de um regime político-econômico a outro, como no caso dos senhores de escravos, que controlaram o processo de lenta superação do trabalho escravo (sob pressão dos acontecimentos realizaram paulatinamente pequenas mudanças como lei do ventre-livre, mais tarde lei dos sexagenários e só finalmente a libertação dos escravos), provavelmente inspiraram Ignacio Rangel na percepção de que as mudanças no Brasil são provocadas por pressão de baixo (das forças produtivas em última instância) e controladas e postas em prática de cima para baixo, pois o Estado brasileiro se compõe de duas classes dominantes, uma hegemônica, em processo de fragmentação e esvaziamento no final de

sua gestão e outra subalterna, mas dinâmica economicamente, que só alcança a hegemonia após um vasto treinamento do exercício do poder¹.

Assim, os senhores de escravos, hegemônicos de 1822 a 1888 (1ª Dualidade), transformaram-se em latifundiários feudais, tendo permanecido no poder de 1889 a 1930 em posição subalterna frente aos grandes comerciantes das cidades de exportação e importação (Rio, São Paulo-Santos, Recife, Salvador, etc.). Tais latifundiários feudais assumiram a hegemonia em 1930, liderando uma frente (os industriais eram os aliados principais) que defendeu a expansão do mercado interno (3ª Dualidade de 1930 a 1985), num processo de substituição de importações industriais.

Já os comerciantes export-import do Rio e de outras praças assumiram na 1ª Dualidade o poder de maneira subalterna, mas alcançaram a hegemonia na 2ª Dualidade (1889-1930), integrando crescentemente a economia brasileira à divisão internacional do trabalho (café, borracha, cacau, etc.), tendo os latifundiários ex-escravistas como seus aliados. Ao longo do processo, parte destes grandes comerciantes foram se transformando em industriais (Afonso Vizeu, Klabin, Zerrenner e Von Bülow, Lundgren, etc.) e nesta condição, de setor dissidente da classe hegemônica da 2ª Dualidade, participaram como sócios minoritários da 3ª Dualidade. A burguesia industrial cresceu gigantescamente no período posterior a 1930 e chegou à hegemonia na 4ª Dualidade (1985) e vai atraindo o empresariado rural, dissidência dos latifundiários feudais decadentes, à condição de sócio-minoritário.

A base econômica das dualidades dos regimes político-econômicos acima descritos não nasce apenas das forças produtivas e relações de produção internas do país, mas também da evolução das relações que nossa economia periférica mantém com as economias centrais. As relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas². Note-se o caráter moderno da visão marxista de Rangel de não reduzir a formação social brasileira aos seus limites territoriais, já que nascemos e continuamos até agora inseridos no conjunto da economia mundial capitalista. Só recentemente este tipo de abordagem voltou a ser difundido³, após o pesado domínio stalinista e cepalino.

Tomando o exemplo da 2ª Dualidade (1889-1930), temos que as relações internas do latifúndio eram feudais (quase-camponesas, no dizer de Chico de Oliveira), mas o latifundiário tinha se transformado, com a mercantilização da economia, em comerciante ao vender a produção feudal ao mercado. Assim, o pólo interno da dualidade (latifúndio) tinha um caráter feudal interno e de capital mercantil externo. A produção era adquirida

pelo capital mercantil de *export-import* (pólo externo), que no seu relacionamento externo estava acoplado ao capital industrial da metrópole inglesa (face externa do nosso pólo externo). Esta combinação de modos de produção distintos nos permite falar em dualidade da formação sócio-econômica brasileira e certamente de outras formações sociais periféricas⁴.

Rangel percebeu que as dualidades assinaladas na formação social brasileira estavam fortemente relacionadas aos ciclos longos emanados do centro do sistema capitalista. Foi N. Kondratieff, economista russo, quem descobriu na década de 20, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e E. Unidos, desde fins do século XVIII até inícios do século XX, que a economia capitalista industrial caracterizava-se por conter e se condicionar aos ciclos longos de 50 anos de duração aproximada, sendo a primeira metade ascendente (fase “a”) e a segunda depressiva (fase “b”), como consta no gráfico anexo. Nas fases ascendentes eram postas em prática invenções tecnológicas básicas, que elevavam fortemente a produtividade do trabalho (máquina a vapor para a 1ª Revolução Industrial), e que sendo paulatinamente estendidas a toda a economia acabavam baixando a taxa de lucro, desestimulando os investimentos e provocando uma fase de depressão (fase **b** do ciclo longo), na qual novamente eram gestadas mudanças tecnológicas básicas, que postas em prática, elevavam a taxa de lucro, garantindo a retomada dos investimentos e da expansão (fase **a** do novo ciclo longo).

Nas fases de expansão dos ciclos longos (1790-1815/1848-1876/1896-1921/1948-1973) o centro do sistema capitalista tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, bem como expandir geograficamente seu raio de atuação, inclusive incorporando novos territórios. Nesta fase são alocados grandes recursos tanto no centro como na periferia, visando a atender a expansão em curso. Nas fases de depressão dos ciclos de Kondratieff (1815-1848/1876-1896/1921-1948/1973-....), diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema capitalista, vai ocorrendo uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso nas áreas periféricas estavam em parte voltados ao atendimento do comércio internacional, que passou a declinar nas fases “b” dos ciclos longos, estes recursos sob forma de terras, trabalhadores e capitais entraram parcialmente em ociosidade, tendo sido necessário procurar utilizações que lhes dessem rendimentos, levando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados, isto é, na produção de substituições de importação. Foi Rangel o primeiro a

perceber que o processo foi muito precoce no Brasil: 1) no período 1815-1848 ocorreu no interior das fazendas de escravos uma substituição natural de importações, o que explica a produção de tecidos destinados ao consumo das fazendas (no recenseamento de 1871 existiam 400.000 pessoas no Brasil ocupadas na produção rural de tecidos), 2) no período de 1873-1896 ocorreu um processo de substituição artesanal-mercantil de importações, destinado ao atendimento das necessidades urbanas, que se haviam expandido sob a forma de oficinas de conserto (negros de ganho, etc.), 3) com a contração mundial acelerada após-30 e que durou até 1948, várias partes da periferia capitalista, e o Brasil em particular, reagiram num esforço principal de substituição industrial de importação, iniciado anteriormente mas que se acelerou desde então.

Note-se que as dualidades brasileiras, como vimos acima, foram abertas nos períodos de depressão do comércio mundial, que provocavam a necessidade de novos relacionamentos da periferia com o centro. Assim, a 1ª Dualidade, que começou com o processo da independência (1815-1822), coincide, não casualmente, com o início da fase depressiva do 1º ciclo longo, como a 2ª Dualidade, que se abriu com Abolição-República, igualmente iniciou-se no período de depressão do 2º ciclo longo e a 3ª Dualidade começa em 1930, em plena depressão do 3º ciclo longo e a 4ª Dualidade vai começando em plena depressão mundial que estamos vivendo. Estas Dualidades correspondem a reajustamentos estruturais importantes, isto é a mudanças das bases econômico-políticas da sociedade, principalmente das relações de produções, que lembram as mudanças das regulações no centro do sistema capitalista (organização fordista, economia keynesiana, etc.), como assinalam recentemente os economistas franceses⁵. Novamente neste ponto fundamental as idéias de Rangel são pioneiras, mesmo em escala mundial.

Desta breve notícia percebe-se a importância dos ciclos longos no funcionamento da sociedade brasileira. Limitar-nos-emos a acrescentar mais duas observações que nos interessam enquanto geógrafos⁶. A primeira diz respeito ao fato de que como os artigos antes exportados por nós eram predominantemente agrícolas, ao passo que os tradicionalmente importados eram predominantemente industriais, o ciclo de Kondratieff, afinal interessava sensivelmente à distribuição das atividades econômicas e, por isso mesmo, da população entre o campo e a cidade. No entanto, nos últimos tempos, os produtos manufaturados e semi-manufaturados passaram a dominar nossa pauta de exportações, o que quer dizer que o ciclo Kondratieff, no seu espantoso balanço de meio século (1930-1980), continuou a interessar à cidade. Isto nos leva à segunda observação, segundo a qual somando-se ou subtraindo-se aos ciclos médios (juglarianos brasileiros) o

ciclo longo os modificam: assim no período 1975-80 a economia estava em fase ascendente (fase “a” do ciclo médio), porém o ciclo longo estava em fase descendente, enquanto, que, no início dos anos 80 nosso ciclo médio entrou em fase descendente, somando-se ao ciclo longo continuava nessa mesma fase depressiva dando origem à pior crise industrial de nossa história, tornando extremamente sensível o problema do desemprego urbano no Brasil inteiro.

E assim entramos na temática dos ciclos médios ou juglarianos e da questão da capacidade ociosa e dos pontos de estrangulamentos da economia brasileira. Os ciclos médios foram assinalados no século XIX pelo estudioso francês Juglar, que constatou fases de expansão dos negócios, seguidas de crise e de anos de depressão, variando o conjunto de 8 a 11 anos, tanto na Europa quanto nos E. Unidos.

No caso brasileiro, o aparecimento de um centro dinâmico industrial engendrou flutuações econômicas endógenas de 10 anos aproximadamente, os juglarianos brasileiros conforme proposta de Ignacio Rangel. Os primeiros quinquênios de cada década, desde 1920, foram recessivos (1921-25/1930-34/1951-54/1961-65 etc.), enquanto os quinquênios subseqüentes foram expansivos (1926-29/1935-40/1955-60 etc.) com importantes repercussões no ambiente político das respectivas conjunturas. Nossos ciclos juglarianos foram marcadamente setoriais, integrados que estão, degrau a degrau, no processo de substituição de importações. Assim, por exemplo, a indústria têxtil foi se expandindo, substituindo importações até desenvolver capacidade ociosa superior ao consumo existente, abrindo, conseqüentemente, assim uma fase recessiva, que só pôde ser superada quando foi possível a este setor com ociosidade escoar seus excedentes de capital-dinheiro para as áreas que se constituíram em ponto de estrangulamento criados com sua expansão. A urbanização passou a exigir importações de cimento, ferro de construção e outros materiais, que necessários internamente, passaram a ser produzidos inicialmente na década de 30. Lembremo-nos que foram os grupos têxteis Votorantim, Matarazzo, Jafet e outros que escoaram seus recursos financeiros excedentes aos novos ramos de material de construção (cimento, ferro etc.).

Ao longo dos ciclos juglarianos as capacidades ociosas criadas relacionavam-se a pontos de estrangulamento engendrados paralelamente, conforme o mecanismo da dialética da capacidade ociosa⁷; não obstante, tais relacionamentos só poderiam ser solucionados em vasos comunicantes, a partir de mudanças institucionais empreendidas pelo Estado (cambiais, fiscais, creditícias etc.), exigindo mini-regulações do sistema econômico ao longo da 3ª Dualidade (1930-1985).

É importante assinalar que no início da industrialização as atividades produtivas eram trabalho-intensivas, isto é pré-industriais, em dois setores básicos, a agricultura e a produção de bens de equipamento (construção civil, oficinas mecânicas no interior das fábricas). Quando crescia a demanda de bens agrícolas ou de bens de investimento nas fases “a” dos ciclos juglarianos, multidões de trabalhadores eram atraídos para estas atividades. Como a industrialização se processou sem prévia reforma agrária, que permitisse recompor a produção para auto-consumo da unidade agrícola camponesa, o desenvolvimento do capitalismo do campo após-30 foi desagregando a família camponesa, engrossando nas cidades o exército industrial de reserva. Por outro lado, como o departamento de bens de equipamento era pré-industrial (artesanal), qualquer pequeno esforço de aumento da formação de capital foi acompanhado de vultosos engajamentos de mão-de-obra. Este mecanismo tornou dispensável a reforma agrária para o avanço da industrialização nas últimas décadas, até que se erguesse todo o edifício industrial brasileiro, praticamente completo, diferentemente das idéias defendidas pelos cepalinos nas décadas de 50 e 60⁸.

Por se aproximar o fim da substituição de importações e, provavelmente dos ciclos juglarianos internos, além do gigantismo do exército industrial de reserva, põe-se na ordem- do-dia a necessidade de redistribuição de renda, pela retomada do próximo ciclo juglariano e por medidas de reforma agrária que dêem sustentação à economia brasileira. Quanto ao novo ciclo juglariano, trata-se de acoplar, via setor financeiro, a capacidade ociosa da indústria mecânica implantada durante o governo Geisel, aos serviços de utilidade pública, que constituem nós de estrangulamento: estradas-de-ferro, metrô, saneamento básico das cidades etc. , que deverão ser privatizados, sob controle dos setores progressistas da sociedade ou atendendo aos interesses dos grandes capitais nacionais e multinacionais, caminho mais provável e em andamento.

¹ I. Rangel. *A história da dualidade brasileira*. Rev. Econ. Política nº 4, Ed. Brasiliense, 1981.

² M. H. Monteiro de Castro e R. Bielschowsky. *Contribuições de I. Rangel ao pensamento econômico brasileiro*. Literatura Econômica, fev. 1986.

³ C. A. Michalet. *Capitalismo mundial*, Paz e Terra, 1984.

⁴ I. Rangel. *A história da dualidade brasileira*, ob. Cit.

⁵ M. Aglietta. *Régulation et crises du capitalisme*, Calmann-Lévy, 1976.

⁶ I. Rangel. Palestra de encerramento do simpósio “A metrópole e a crise”, USP, 1985.

⁷ I. Rangel. A dialética da capacidade ociosa, cap. VI de *Recursos ociosos e política econômica*, Ed. Hucitec, 1980. Para os leitores iniciantes ver I. Rangel. *Economia: milagre e anti-milagre*, J. Zahar Ed., 2. ed., 1986.

⁸ I. Rangel. Palestra citada.